

Inclusão social e promoção humana de pessoas como deficiência nas escolas regulares<sup>1</sup>

Social inclusion and the human promotion of disabled people in mainstream schools<sup>2</sup>

Inclusión social y promoción humana de personas con deficiencias en las escuelas comunes.

DOI: <http://dx.doi.org/10.25087/resur5a2>

Adriane Alves da Cruz<sup>3</sup>

Fátima Noely da Silva<sup>4</sup>

Marialva Moog Pinto<sup>5</sup>

Recibido, 7 de octubre de 2017

Aprobado, 16 de diciembre de 2017

## Resumo

Quando nos referimos a pessoa com deficiência, seja ela criança, jovem, adulta ou idosa, lembramo-nos dos desafios enfrentados por ela para alcançar seus espaços, garantir respeito e superar limites e dificuldades. Falar em Promoção Humana e Inclusão social nos remete a lembrarmos da exclusão social existente e marcante na vida dessas pessoas.

---

<sup>1</sup>Uma versão inicial do presente artigo foi apresentado como requisito para obtenção do certificado de especialista do curso de Pós Graduação Lato Sensu em Serviço Social e Práticas Sócio Ocupacionais, ministrado pela UNIARP.

<sup>2</sup>A previous version of this article was presented as a requirement to obtain the certificate of specialist in Social Service and in Socio-Occupational Practices Lato Sensu courses, taught at UNIARP.

<sup>3</sup>Mestre em Desenvolvimento e Sociedade. Assistente Social, Pós Graduanda no curso de Pós Graduação Lato Sensu em Serviço Social e Práticas Sócio-Ocupacionais da Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP) - SC – Brasil - [adriane.cruz@uniarp.edu.br](mailto:adriane.cruz@uniarp.edu.br)

<sup>4</sup>Doutora em Serviço Social pela PUC – SP. Coordenadora do Curso de Serviço Social da Universidade do Alto vale do Rio do Peixe (UNIARP) – SC-Brasil - [fatima@uniarp.edu.br](mailto:fatima@uniarp.edu.br)

<sup>5</sup>Doutora em Educação. – CAPES 7. Docente e Pesquisadora do Mestrado em Educação - Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE) - SC – Brasil - [marialvamoog@hotmail.com](mailto:marialvamoog@hotmail.com)

Este estudo qualitativo de cunho interpretativo trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo que tem como objetivo principal analisar se a inclusão social e a promoção humana de pessoas com deficiência estão adequadas nas escolas regulares. A metodologia utilizada refere-se, além da pesquisa bibliográfica e documental, a entrevistas semiestruturadas com Diretoras das escolas da Região de Caçador (SC). O presente trabalho apontou caminhos que mostram que o Brasil possui um número elevado de pessoas com deficiência, e muitas destas estão inseridas nos espaços escolares, mas nem sempre incluídas, pois existe uma difícil aceitação, que traz consigo uma situação que desestabiliza gestores, professores, colegas de sala de aula e famílias.

Palavras-chave: Promoção Social. Inclusão Humana. Pessoa com deficiência na Escola.

#### Abstract

When we refer to a person with a disability, be it a child, a young person, an adult or an elderly person, we are reminded of the challenges she faces in order to reach her spaces, guarantee respect and overcome limits and difficulties. Speaking in Human Promotion and Social Inclusion reminds us of the social exclusion that exists in these people's lives. This qualitative study of interpretive character is a bibliographical and field research whose main objective is to analyze if the social inclusion and the human promotion of people with disabilities are adequate in the regular schools. The methodology used refers, in addition to bibliographical and documentary research, to semi-structured interviews with school directors of the Caçador Region (SC). The present study pointed out ways that Brazil has a large number of people with disabilities, and many of these are inserted in school spaces, but not always included, because there is a difficult acceptance, which brings with it a situation that destabilizes managers, teachers, classmates and families.

Key-words: Social promotion. Human Inclusion . Disabled people School.

## Resumen

Cuando nos referimos a la persona con discapacidad, sea ella niño, o niña, joven, adulta o anciana, recordamos los desafíos que enfrentan para alcanzar sus espacios, garantizar respeto y superar límites y dificultades. Hablar de Promoción Humana e inclusión social nos remite a recordar la exclusión social existente y marcante en la vida de esas personas. Este estudio cualitativo, de cuño interpretativo, es una investigación bibliográfica y de campo que tiene como objetivo principal analizar si la inclusión social y la promoción humana de personas con discapacidad se cumplen en forma adecuada en las escuelas comunes. La metodología utilizada se basa en investigación bibliográfica y documental, y entrevistas semiestructuradas con Directoras de las escuelas de la Región de Cazorla (SC). En el presente trabajo se percibe que Brasil posee un número elevado de personas con discapacidad, muchas de éstas están insertas en los espacios escolares, pero no siempre incluidas, pues existe una difícil aceptación de esta condición, en la medida en que trae consigo una situación que desestabiliza gestores, profesores, compañeros de clase y familias.

Palabras clave: Promoción Social. Inclusión Humana. Persona con discapacidad.

Escuela.

## Introdução

Desde a antiguidade, consideradas castigo dos deuses, as pessoas com deficiência eram escondidas e desconsideradas como seres humanos e muitas vezes mortas. A não aceitação da família é outro problema que enfrentávamos e ainda enfrentamos. As dificuldades da inserção no campo do trabalho e os desafios da inclusão social dessas pessoas nas escolas regulares, até se garantir a promoção humana, é o que norteará este artigo.

Um grande desafio contemporâneo é promover e efetivar políticas públicas, programas, projetos e ações que garantam o direito das pessoas com deficiência nas escolas. Entendemos que a partir do momento que as incluímos, também as estamos promovendo como sujeitos de direito. No final dos anos de 1950 e início da década de 1960 do século XX, as pessoas com deficiência tiveram na política educacional brasileira oportunidades de serem inclusas legalmente, como podemos observar na efetivação dos direitos sociais contidos na Constituição Federal, especificamente em seu artigo 6.º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. O respeito e a ênfase pelo Estatuto que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com deficiência – Lei n.º 13.146 de 06 de julho de 2015), o destaque da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que Estabelece as diretrizes e as bases da educação nacional. Esse reforço legal, para nós, é um desafio a enfrentar, um caminho com várias dificuldades a percorrer, o garantir o espaço da pessoa com deficiência como direito. E é dever da sociedade respeitar e colaborar para a sua efetivação.

A tarefa de trabalhar a exclusão inicia por nós mesmos, quando desejamos incluir e promover a pessoa com deficiência. Para incluir, é necessário trabalhar a exclusão existente, e entendemos não ser isso tarefa fácil, pois significa lutar contra uma

concepção já formada de sociedade, de que a pessoa com deficiência é diferente, que não produz, que não acompanhará a turma, por exemplo, na sua experiência escolar. Corroboramos que essa tarefa exige comprometimento por parte de todos os envolvidos, da equipe técnica da escola, bem como dos professores, ao preparar a estrutura, o ambiente acolhedor e igualitário, e principalmente ao preparar os educandos para receberem esse colega com deficiência. Destacamos que a diversidade enriquece a sala de aula, com culturas, gêneros, credos, formas físicas diferentes, o que entendemos o quanto o mundo é vasto e existe lugar para todos.

Diante das dificuldades, as pessoas com deficiência necessitaram lutar pelos seus direitos. Entendemos que ninguém escolhe nascer com deficiência, e por isso quem o é não pode se tornar vítima de uma sociedade preconceituosa, que segue um padrão baseado na pessoa perfeita. Quem tem uma deficiência não deve ser caracterizado pelas limitações, mas como uma pessoa que tem talentos e pode desenvolver atividades que nós, muitas vezes, não podemos.

Apesar das dificuldades encontradas por esses educandos com deficiência, adquirir espaço na escola regular foi possível por intermédio de estudos, discussões e pesquisas científicas que demonstraram que realmente esses educandos tinham condições de estar numa sala de aula regular e apropriar-se dos conhecimentos comuns a todos os educandos.

Os obstáculos, porém, irão aparecer. Como já mencionado, não é tarefa fácil trabalhar o contexto da inclusão social da pessoa com deficiência no ensino regular. Exige preparo, dedicação, paciência, conhecimento, esforço, determinação e, principalmente, paixão pelo que se faz. O trabalho deve ser em conjunto, iniciando com a parceria dos pais ou responsáveis. A família deve conhecer sobre a deficiência e tratar a pessoa com os cuidados necessários, sem tirar-lhe o direito de viver, de cumprir com o seu papel social. A escola deve planejar e executar projetos de acessibilidade. Os professores devem passar por capacitações e entender que é realidade essa demanda por

frequentar a escola, sendo necessário preparar os colegas de sala de aula contra a exclusão, o desrespeito e o preconceito.

Esse trabalho, por conseguinte, deve ser realizado com qualidade, pois a pessoa com deficiência se sensibiliza pelo modo como está sendo inserida, e o processo de inclusão é determinante. Ressalte-se que nosso aprendizado é constante e inerente, uma vez que todos os dias aprendemos o novo; o ser humano, independentemente das suas limitações, aprende, qualquer que seja a sua dificuldade.

Segundo Freitas (2008, p. 42), a escola inclusiva “é a que não é indiferente à diferença”, mas aquela que contempla as semelhanças que naturalmente existem, assim valorizando as diversidades.

Neste estudo qualitativo de cunho interpretativo se desenvolveu uma pesquisa bibliográfica e de campo cujo objetivo principal foi analisar se a inclusão social e a promoção humana de pessoas com deficiência estão adequadas nas escolas regulares. Como metodologia utilizada, além da pesquisa bibliográfica e documental, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com seis (6) Diretoras das escolas da rede pública municipal dos municípios de Caçador, Lebon Régis e Videira, todas cidades do estado de Santa Catarina. Perguntadas sobre os desafios enfrentados como gestoras de escolas, alguns pontos foram elencados, sendo a inclusão de pessoas com deficiência o problema levantado por todas, em vários momentos e em diferentes das falas.

As dificuldades para aceitar a pessoa com deficiência e, conseqüentemente, o desafio de garantir o direito da inclusão social e da promoção humana

Iniciamos argumentando sobre as dificuldades enfrentadas pela família. Em tempos nem tão longínquos, a pessoa com deficiência não tinha uma vida social, pois passavam muitas horas na cama, isolada. Dificilmente saía de casa, não se sentava à mesa para as refeições (mesmo os que muitas vezes não se limitavam a tal ação), e eram

caracterizados por apresentarem aspectos diferentes, como gritar, arranhar, falar frases sem nexo, não associar ações e atividades, usar fraldas, cair com frequências. Suas deficiências comprovadas e mais comuns são:

- Deficiência Visual: costumamos chamar de pessoas cegas, com baixa ou nenhuma visão;
- Deficiência Física ou motora: pessoas que apresentam falta de membros inferiores e superiores, com dificuldades de locomoção e movimentação;
- Deficiência Auditiva: pessoas que não ouvem ou apresentam dificuldades de escutar ou compreender a fala;
- Deficiência Múltipla: associação de duas ou mais dessas deficiências;
- Deficiência Intelectual: pessoa que apresenta limitação cognitiva.

De uma maneira geral, podemos dizer que esses preconceitos decorrem da falta de conhecimentos sobre a deficiência:

O desconhecimento é a matéria-prima para a perpetuação das atitudes preconceituosas e das leituras estereotipadas da deficiência – seja esse desconhecimento relativo ao fato em si, às emoções geradas ou às reações subsequentes. O desconhecimento e os estigmas criados em torno da deficiência possibilitam que olhemos a pessoa com deficiência com medo, com insegurança, com sentimentos ambivalentes (ora com pena, ora com repulsa), como algo estranho, ameaçador ou mesmo sobrenatural (AMARAL, 1994, p. 18).

Ao se analisar o contexto em que as pessoas que apresentam qualquer tipo de deficiência estão inseridas, aqui destacando o ambiente escolar, também temos que

entender que não é fácil o acolhimento. É um momento novo, é uma demanda nova que exige metodologias diferenciadas e preparação.

No período anterior ao das lutas pela inclusão e do desafio da promoção humana, era cômodo para as famílias e para a sociedade. Para a família, porque não precisava levar e buscar, e muitas vezes nem o transporte era garantido. Eram encaminhadas à Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAEs), onde passavam o dia e eram bem cuidadas. Tinham, assim, contato com a família somente à noite e nos finais de semana. Para a sociedade tornou-se cômodo, pois era desnecessário desenvolver as pessoas com dificuldades para aprender a interpretar e agir. Mas mudanças conceituais e epistemológicas aconteceram, obrigando-nos a deixar a nossa zona de conforto e efetivar o que diz a legislação. A pessoa com deficiência tem o direito de socializar-se e aprender com as dificuldades. Tem o direito de frequentar espaços comuns a todos e contribuir para o desenvolvimento da sociedade, visto que a deficiência em uma determinada área implica, via de regra, potencialidade em outras.

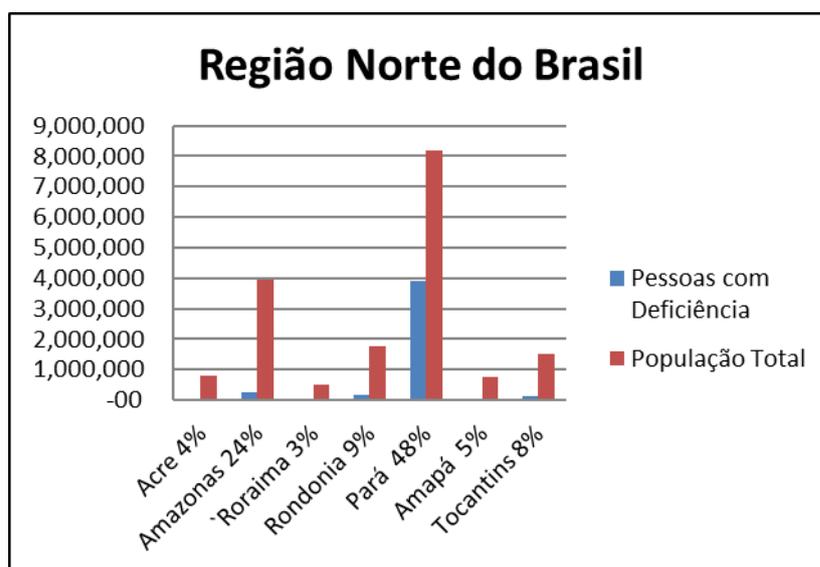
Respeitamos, pois sabemos ser comum que os indivíduos, entre eles professores e colegas, que não tenham a experiência da convivência com pessoas com deficiência tenham dificuldades na interação, uma vez terem sedimentados valores culturais que já fazem parte de uma história pautada pela normalidade, e a exclusão se produz por aí. Por isso, antes de lidar com ela, temos de mudar nossa concepção referente às pessoas com deficiência, no sentido de entender e compreender seu mundo de possibilidades.

Ressaltamos que trabalhar, conviver, permanecer por longo ou curto prazo com pessoas com deficiência facilita a quebra de barreiras, o que proporciona oportunidade de ajuda, de trocas significativas, de constatações positivas diante do colega diferente e a construção de vínculos que se expressam em valores importantes para todo o cidadão, como o respeito e a solidariedade. Aprendemos a valorizar o que temos e como somos; é uma lição de vida.

## Panorama das pessoas com deficiência no Brasil

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta, além de uma estimativa da população total de cada estado e do Distrito Federal em 2015, um levantamento importante sobre pessoas com deficiência auditiva, visual, motora, intelectual, entre outras, em diferentes níveis de comprometimento, residentes em cada estado ou região do Brasil. O levantamento do IBGE considera pessoas com 10 anos ou mais de idade. Ao realizarmos uma média entre as várias deficiências, chegamos a percentuais importantes que demonstram que as políticas públicas para pessoas deficientes no Brasil precisam ser robustas. No caso da educação, não basta o acesso à escola, precisamos de investimento para o atendimento adequado, o que, e só assim, garantirá a inclusão de fato. Caso contrário, estaremos reproduzindo a exclusão.

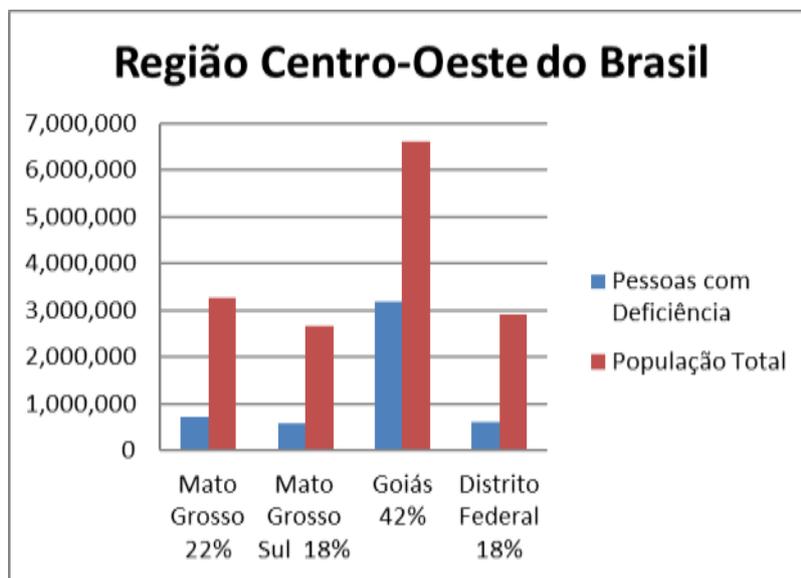
Gráfico 1 – População Total e Pessoas com Deficiência na Região Norte do Brasil



Fonte: Dados do IBGE (2015) e cálculos realizados pelas autoras

Podemos ver, no gráfico acima, que o estado do Pará possui um número de pessoas com deficiência bastante elevado se compararmos aos demais estados da região.

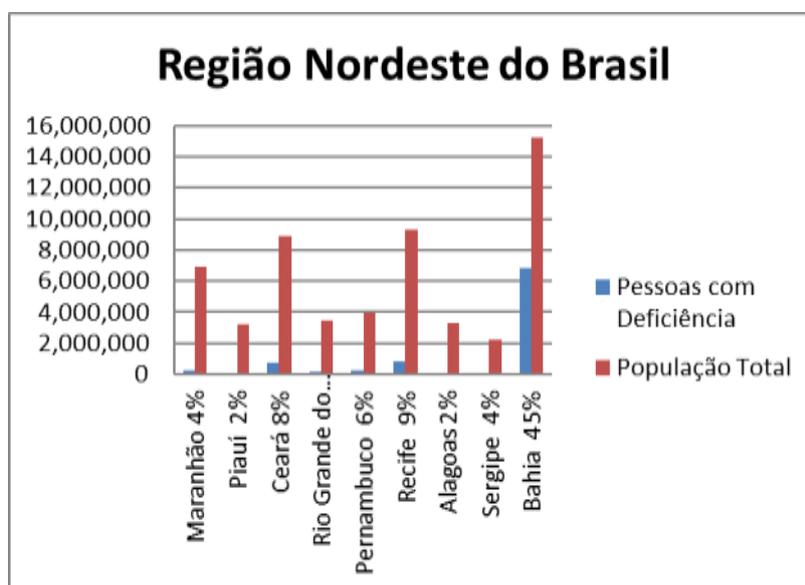
Gráfico 2 – População Total e Pessoas com Deficiência na Região  
Centro-Oeste do Brasil



Fonte: Dados do IBGE (2015) e cálculos realizados pelas autoras

Entre os estados da Região Centro-Oeste do Brasil, o estado de Goiás apresenta uma taxa bastante elevada de pessoas com algum tipo de deficiência: 42%.

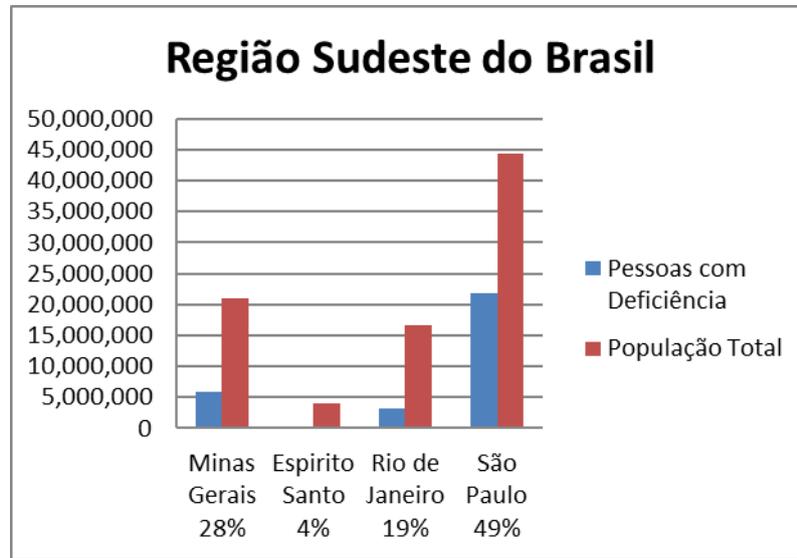
Gráfico 3 – População Total e Pessoas com Deficiência na Região Nordeste do Brasil



Fonte: Dados do IBGE (2015) e cálculos realizados pelas autoras

A Região Nordeste apresenta índices baixos de pessoas com deficiência, em relação ao número total da população, com exceção da taxa altíssima e preocupante do estado da Bahia: uma média de 45% da população.

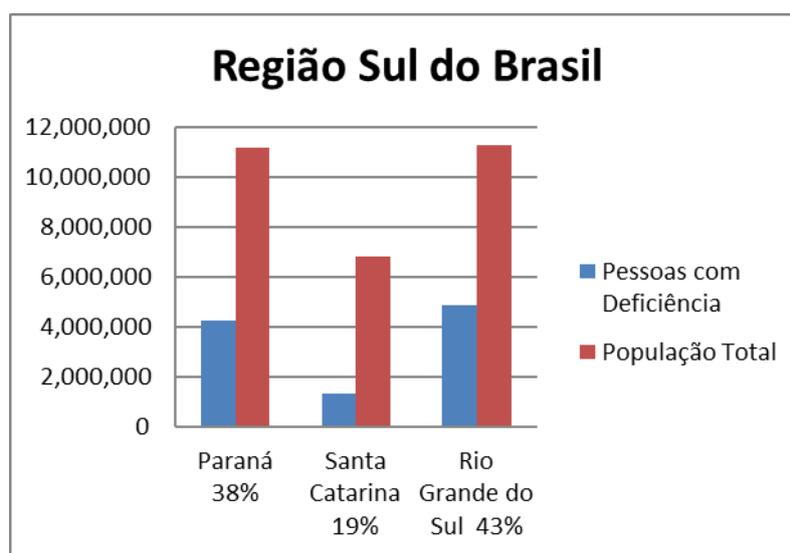
Gráfico 4 – População Total e Pessoas com Deficiência na Região Sudeste do Brasil



Fonte: Dados do IBGE (2015) e cálculos realizados pelas autoras

Os dados apresentados acima referentes à Região Sudeste aparecem mais elevados que os das regiões apresentadas anteriormente. Um agravante é que a população total desta região também é maior do que a das demais. Mas isso não basta para explicar, já que se percebe uma concentração altíssima de pessoas com deficiência nessa região, principalmente no estado de São Paulo.

Gráfico 4 – População Total e Pessoas com Deficiência na Região Sul do Brasil



Fonte: Dados do IBGE (2015) e cálculos realizados pelas autoras

O mesmo que ocorre na Região Sudeste nos preocupa em relação à Região Sul, porém a população total desta região (29 milhões de pessoas) representa um terço (1/3) da população total da Região Sudeste (85 milhões de pessoas). Mesmo assim, podemos perceber que as taxas de pessoas com deficiência na Região Sul são bastante elevadas (IBGE, 2015).

Incluir e promover a pessoa com deficiência nas escolas de ensino regular

Entendemos por 'promoção humana' que temos de garantir à pessoa mudanças significativas em sua vida pelo acesso aos direitos sociais, como educação, trabalho, saúde, moradia, alimentação, dentre outros subsídios fundamentais para que se consiga alcançar o desenvolvimento e uma vida digna.

Enfatizamos que as políticas públicas vêm para suprir as necessidades dos indivíduos, porém experienciamos uma realidade na qual essas políticas não abrangem a

totalidade, deixando muitos casos à mercê das circunstâncias. Em relação à pessoa com deficiência, esta encontra dificuldades para frequentar espaços públicos, pois a falta de acessibilidade é frequente; no mercado de trabalho, pouco se facilita a inclusão, especialmente se considerando a atual crise econômica e política pela qual passa o país, afora as diversas barreiras e desafios para se chegar à inclusão escolar.

Os primeiros movimentos de educação de pessoas com deficiência começaram no final do século XIX; foi, entretanto, a partir dos anos 1960 que essa população começou a receber um atendimento de forma mais consistente. Há uma compreensão de que, uma vez inserida no âmbito escolar regular, a pessoa com deficiência é capaz de integrar-se, sendo assim, ela terá a possibilidade de produzir, num processo de construção gradativo.

Segundo o documento Marcos Político Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:

Consideram-se alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas nas interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro do autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes.

Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização de tarefas em áreas de seu interesse (BRASIL, 2010, p. 21).

O investimento, portanto, não deve se dar somente no desenvolvimento da pessoa com deficiência, mas principalmente na sociedade como um todo, que necessita se preparar para conviver com a diversidade. Na área educacional, a escola precisa se organizar para atender às necessidades dos educandos e se adequar às novas modalidades de ensino.

A inclusão escolar da pessoa com deficiência deverá proporcionar a esta avanços significativos, uma vez que contará com toda uma rede de atendimento: educação, assistência social, saúde, cultura e infraestrutura. Com a política de inserção, a pessoa com deficiência sairá da sua rotina e deixará de aceitar o que já vem pronto e com o acesso facilitado, pois terá o desafio próprio de superar as suas dificuldades. Outro fator importante que a escolarização pode proporcionar é o acesso e o contato com outras pessoas do meio, no sentido da socialização.

Podemos observar, entre os colegas, que muitos já possuem um entendimento mais inclusivo sobre essa demanda, e muitas vezes auxiliam a pessoa com dificuldade, interagem e participam de atividades. Atualmente, dado o acesso facilitado às tecnologias da informação, os professores podem orientar pesquisas e a execução das atividades a partir das possibilidades de cada aluno, respeitando as variadas formas de deficiências e se utilizando de diferentes metodologias de ensino. As pessoas com deficiência desenvolvem, através do apoio escolar, habilidades compensadoras. Por exemplo, a pessoa que lhe faltam as mãos desenvolve a habilidade de escrever, desenhar, pintar, digitar com os pés. O resultado, o produto da sua ação irá aparecer, independentemente de se foi construído com os pés ou com as mãos.

O êxito da aprendizagem não está em seguir um padrão e um resultado exatos, mas em explorar o que nos parece inviável: ultrapassar as barreiras das dificuldades e investir em talentos. Não podemos esquecer de que as inovações devem estar de acordo com – ou modificar – o projeto político-pedagógico, pois as propostas inclusivas devem existir, estarem planejadas, programadas, e serem executadas.

Em entrevista recente com seis (6) Diretoras de escolas da rede pública dos municípios de Caçador, Lebon Régis e Videira, no estado de Santa Catarina, quando perguntado às gestoras sobre os desafios na sua função, estas foram unânimes em dizer que as políticas educacionais são muitas – e continuam a surgir, a partir de uma grande reformulação da educação brasileira e que as escolas, como um todo, e cada instituição em particular, não estão preparadas para essas políticas. Isso se percebe na fala de uma diretora entrevistada, que afirma que “*existe uma falta de preparo no todo em relação às políticas educacionais*” (Diretora A)<sup>6</sup>.

Outra diretora (Diretora B) conta que a Secretaria Municipal de Educação tem convidado profissionais para orientar os professores a lidarem com novas situações, porém se percebe que a interlocutora logo menciona as dificuldades enfrentadas com estudantes de inclusão na escola.

Eu recebo o aluno e tenho que apresentar ao professor. Tenho que o levar até a sala, apresentar aos colegas. Não existe uma preparação para o fato de que vamos receber aquela “situação”, muito menos sobre de que forma devemos lidar com ela. O aluno vem, a escola tem que receber e se adaptar da melhor forma possível para que aquele aluno possa aprender e evoluir junto com os outros (Diretora B)<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> Os textos que representam as falas dos sujeitos foram mantidos na forma coloquial.

<sup>7</sup> Utilizamos, conforme a metodologia, citação com recuo 2 cm, fonte 11, para diferenciar as falas dos entrevistados das citações bibliográficas.

Interessante observar que a diretora B utiliza o termo “situação” quando se reporta ao caso de um aluno de inclusão. O significado da palavra situação é “a combinação ou concorrência de acontecimentos num dado momento ou conjuntura” (Wikcionário,2016). O fato de receber uma criança com deficiência é tão problemático para o todo da escola, provoca tantos movimentos, acontecimentos, ações e reações, que ela passa a ser vista como uma ‘situação’.

Percebe-se, assim, que a inclusão parece ser o ‘calcanhar de Aquiles’ da educação hoje, especialmente no ensino fundamental. Ao ser tematizada, em muitas falas aparece como ressentimento e queixa pela falta de apoio. Os diretores, ao comentarem sobre questões diversas do dia a dia da escola, logo exemplificam com as dificuldades enfrentadas com a inclusão. Uma interlocutora diz que:

Quando vem um aluno portador de necessidade especial, uma deficiência física, a escola não está estruturada para receber esse aluno, assim como em situações de alunos com altas habilidades o professor também não está preparado. Isso torna o ambiente bem mais complicado, porque o professor tem que adaptar o aluno, e a turma toda tem que se adequar àquela situação (Diretora C).

Foi relatado por uma respondente que a Secretaria de Educação oferece certo apoio às escolas e a seus profissionais, no sentido de algum esclarecimento sobre novas atuações (inclusão). Dentro da escola, porém, as situações devem ser resolvidas da forma como for possível.

Nos últimos tempos, a Secretaria Municipal de Educação, ela tem chamado os professores, tem trazido profissionais para lidar, para ensinar a lidar com essas situações. Então, tem facilitado um pouco, mas o que acontece é o dia a dia dentro da sala de aula.

O professor vai se adaptando, a turma vai se adequando com o aluno também, e o processo segue dessa forma.

Outra diretora declara que é muito difícil a preparação. “O aluno vem, e a escola tem que se adaptar à situação” (Diretora D).

Um problema relacionado à inclusão relatado pelos professores é sobre a infraestrutura. “O espaço físico da escola também não está preparado nem adaptado para a inclusão” (Diretora D). Ainda sobre esse aspecto:

[...] necessitamos de mais salas de aula, questão de mais sala pro administrativo, então precisamos de mais espaço físico, até porque agora temos o período integral, então é uma procura muito grande na escola por vagas, e isso acarreta um problema também pra nós (Diretora C).

Na visão de grande parte dos diretores entrevistados, os professores em geral têm uma resistência às políticas educacionais, porque “são teoricamente planejadas – e elas não conseguem funcionar também na prática em função dessa resistência à adequação do profissional na educação” (Diretora E).

Uma diretora afirma que mudanças têm sido repassadas para as escolas, mas que:

A classe dos professores não tem conseguido acompanhar essas mudanças. Têm muitos que ainda estão na fase tradicional, e é muito difícil conseguir êxito no trabalho nesse sentido, mas cada um, de acordo com aquilo que se sente seguro, tem feito seu trabalho. Nós não conseguimos avançar muito enquanto escola no mesmo objetivo (Diretora F).

Essa diretora relata ainda que não é que a educação não esteja avançando, mas, sim, que o professor não está entendendo a educação, o modo como ela está se desenvolvendo, e “é nisso que tem que haver uma mudança” (Diretora F).

Nesse sentido, faz-se necessário enfatizar e priorizar a educação inclusiva, a promoção e a inclusão social em todos os âmbitos e segmentos, pois são a base do desenvolvimento social e individual das pessoas com deficiência. Deve-se, entretanto, ressaltar que acolher um educando com necessidades educativas especiais em uma sala regular e não atender às suas necessidades não é inclusão. Torna-se um faz de conta que não gera possibilidades de crescimento e mudanças numa sociedade. As pessoas com deficiência não estão nas escolas para serem testadas, e sim para garantir o seu direito a uma educação igualitária, com atividades planejadas, com acessibilidade, respeito e objetivos propostos. Uma escola em que a pessoa com deficiência possa socializar-se com os demais e se sentir bem. Isso fará a diferença.

É essencial, portanto, que o poder público federal, estadual e municipal, a sociedade, a família, as entidades inclusivas vejam a educação inclusiva como uma obrigação, e não um favor.

A política de educação inclusiva surge como resultado do direito à educação e da luta dos movimentos sociais que buscam reverter processos históricos de exclusão, de perfil perfeito padronizado e do impossível de mudar. Ela vem como uma ideia de transformar, valorizando as diferenças no seu aspecto positivo, integrativo e propositivo. Essas pessoas precisam de acesso à cidadania; elas são seres tão humanos quanto nós, porém mais especiais, pois lutam contra suas próprias limitações.

Conseqüiremos conquistar a promoção humana a partir do momento em que a sociedade, nós, a própria família, vejamos a pessoa com deficiência como sujeitos de direitos, resistentes, com talentos e possibilidades de a cada dia mostrar que são capazes, mesmo com passos de formiguinhas ou a passos lentos, que não estão parados, mas rumo

a um objetivo. Falamos tanto em mudar o mundo pela ação das pessoas que experienciaram as etapas da educação – e a educação inclusiva faz parte desse processo.

## Considerações Finais

Muitas pessoas podem pensar o por que se preocupar com a inclusão de pessoas com deficiência, por que se preocupar com a promoção e a inclusão social. Acreditam ainda que a inserção das pessoas com deficiência é problema da escola e da família. Ideologias errôneas e muitas vezes egoístas fazem a sociedade, ou melhor, os sujeitos que compõem essa sociedade pensar dessa desta forma.

As pessoas com deficiência fazem parte do nosso universo social, estão nas ruas, nas escolas, em shoppings, lojas, supermercados, instituições, órgãos públicos e privados. Elas estão onde o cidadão pode estar e, também nas escolas. Se não temos pessoas com deficiências em nosso convívio diário, a qualquer momento poderemos nos deparar com uma, sendo ou não nosso educando, ou paciente, cliente, vizinho, amigo, colega de trabalho. Conhecer e respeitar essas pessoas deveria fazer parte da nossa essência como ser humano, porém, garantir seus direitos é nosso dever. Uma sociedade mais igualitária é responsabilidade nossa. A deficiência não limita as pessoas de viver bem. Passamos boa parte de nossas vidas nas escolas, e se a escola cumpre com seu compromisso de educação inclusiva, podemos entender que esta instituição está adequada às necessidades emergentes do cotidiano.

Considerando o avanço da legislação e das políticas públicas voltadas a pessoa com deficiência, ainda não foi possível superar os desafios da inclusão social, da promoção humana e o preconceito. As exclusões sociais estão presentes na sociedade, que não está preparada para entender que a pessoa com deficiência tem potencial e habilidades, pode e tem direito de mudar a sua história, por meio das oportunidades, da socialização com ambientes e pessoas diferentes.

Esse artigo nos faz refletir sobre a realidade dessa significativa demanda, pois adentrar em uma escola não significa que a criança está incluída, falta de acessibilidade, professores e colegas não preparados para receber uma pessoa com limitações, porém com habilidades, também não se caracteriza inclusão. A inclusão vai além do exposto. A inclusão exige o entendimento de que essa pessoa, muitas vezes considerada diferente pode ser protagonista de sua história, que a limitação pode impedi-la de realizar algumas atividades, mas não todas as atividades.

A escola inclusiva vem para marcar um processo histórico de mudanças, é um espaço perfeito para aprender, conviver, entender e fazer a inclusão social acontecer.

## Referências

AMARAL, Lígia Assumpção. Pensar a diferença / deficiência. Brasília: CORDE, 1994.

BRASIL. A convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência – Versão Comentada. Brasília - DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008.

BRASIL. Casa Civil, Presidência da República. Decreto N.º 3.076, de 1.º de junho de 1999. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3076.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3076.htm).>  
Acesso em: 30 de setembro de 2012.

FREITAS, Soraia Napoleão *et.al.* Tendências contemporâneas de inclusão. UFSM. 2008.

IBGE . População estimada. Encontrado em  
<<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=rr> > Acessado em: 15 de julho de 2015.

\_\_\_\_\_. Censo demográfico 2010: Pessoas com Deficiência. Encontrado em:  
[http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=am&tema=censodemog2010\\_defic](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=am&tema=censodemog2010_defic)  
Acessado em 15 de julho de 2015.

O'BRIEN, J.; O'BRIEN, C. L. A Inclusão como uma força para a renovação da escola. In:

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. In: Um guia para educadores. Tradução de Magda França Lopes. Porto Alegre – RS: Artmed, 1999.

WIKCIONÁRIO. O Dicionário Livre. Encontrado em <  
<https://pt.wiktionary.org/wiki/conjuntura>> Acessado em 25 de julho de 2016.